

A.I. Nº - 932844-0/04
AUTUADO - ELETRÔNICA PIRAMID LTDA.
AUTUANTE - WALTER LÚCIO CARDOSO DE FREITAS
ORIGEM - IFMT/METRO
INTERNET - 16.11.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0415-02/04

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO NA FRONTEIRA. Está patente nos autos que o contribuinte pagou o imposto quando já se encontrava sob ação fiscal. O imposto não foi pago na primeira repartição fazendária do percurso, neste Estado, como manda a legislação. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/5/04, diz respeito à falta de antecipação parcial de ICMS por “contribuinte descredenciado” [*sic*]. Imposto lançado: R\$ 439,85. Multa: 60%.

Consta no Termo de Apreensão: contribuinte descredenciado para antecipação parcial de ICMS, sem antecipação do imposto na primeira repartição fiscal de fronteira.

O contribuinte apresentou defesa alegando que recebeu o presente Auto de Infração em 29/7/04, quando o imposto já se encontrava pago desde 25/5/04. Juntou cópia do documento de arrecadação. Diz supor que o Auto foi lavrado por não constar a quitação do imposto no sistema de arrecadação da SEFAZ, haja vista que a transportadora liberou a mercadoria apenas com a apresentação do documento de arrecadação, não havendo, segundo a transportadora, a necessidade de termo de liberação, pois a mesma era possuidora de termo onde são identificadas as Notas Fiscais.

O fiscal autuante prestou informação observando que a ação fiscal se iniciou em 25/5/04, às 10h30, com a lavratura do Termo de Apreensão, no estabelecimento da transportadora, pelo fato de o destinatário das mercadorias se encontrar na situação de descredenciado para recolher o ICMS da antecipação parcial posteriormente. Aduz que o imposto deveria ter sido pago na primeira repartição fiscal do percurso. Destaca que o contribuinte pagou o imposto, mas a fiscalização já estava em andamento. Fala de fato semelhante já ocorrido com esse mesmo contribuinte. Diz que se a transportadora liberou as mercadorias, assim agiu por sua total responsabilidade. Opina pela procedência da autuação.

VOTO

Trata-se de lançamento do imposto devido a título de “antecipação parcial”.

O autuado pagou o imposto quando já se encontrava sob ação fiscal. Embora o documento de arrecadação não contenha elementos para se saber a hora do pagamento, noto que a quitação do débito foi feita no dia 25/5/04, e nesse mesmo dia, às 10h30, foi lavrado o Termo de Apreensão. O tributo deveria ter sido pago na primeira repartição fazendária do percurso, neste Estado, como manda a legislação. A falta de pagamento foi constatada quando a mercadoria já se encontrava em Salvador.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **932844-0/04**, lavrado contra **ELETRÔNICA PIRAMID LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 439,85**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologada a quantia já paga.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de outubro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA